

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei nº 58/90

Autoria do Senhor Prefeito Municipal

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

OF. no 357/90-CM.

Votorantim, 05 de Dezembro de 1.990.

Senhor Presidente:

Temos a grata satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência e dos demais edis que integram essa Casa, o Governo Federal através da Lei no 8.069, de 13 de Julho de 1.990, aprovou o "Estatuto da Criança e do Adolescente", onde no Livro II, Parte Especial, Título I, disciplina a Política de Atendimento, e mais precisamente no artigo 88, incisos I a VI, estabelece as diretrizes daquela política.

Assim sendo, em cumprimento às determinações da Legislação Federal, houve por bem em elaborar o presente Projeto de Lei; com o que estaremos dando, quicá, o pioneiro passo na municipalização do atendimento ao menor e ao adolescente.

Estabelecendo o Projeto, as normas políticas a serem seguidas, com prioridade para o atendimento da criança e do adolescente, nos setores da Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras atividades; e criando os órgãos que irão garantir a política de atendimento a saber: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

07/12/90



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

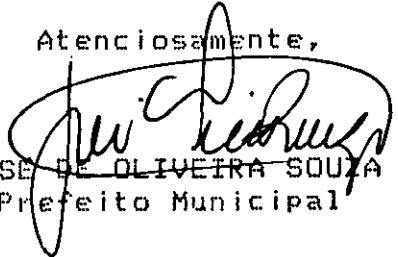
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, por certo, a partir de sua aprovação, um novo horizonte se abre e com ele ampliam-se os direitos e as tutelas de nossas crianças e jovens.

Tecer comentários quanto a oportunidade e o mérito do Projeto, cremos, Senhor Presidente, não ser necessário; apenas se faz mister dizer que ele é o resultado de causas, cujos efeitos se fizeram sentir até hoje, mas que a partir de agora, estamos certos, haverão de cessar, a bem do bem de nossa infância e juventude.

Dado o interesse social de que se reveste o assunto, solicitamos seja o mesmo apreciado e processado nos termos do artigo 55, de nossa Lei Orgânica.

Sendo o que se nos oferece e na certeza de que o Projeto merecerá o beneplácito dos nobres edis que integram essa Egrégia Casa, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


JOSE DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal

Ao
Excelentíssimo Senhor
RUBENS MESADRI
DD. Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

[Handwritten signature]

P R O J E T O D E L E I 58/90

Dispõe sobre a POLITICA MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE.

A CAMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, JOSÉ DE
OLIVEIRA SOUZA, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

TITULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a Política
Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos
desta lei, a pessoa até 12 (doze) anos
de idade incompletos e adolescentes, aquela entre 12 (doze) e 18
(dezoito) anos de idade.

Parágrafo Único: Nos casos expressos em lei, aplica-
se, excepcionalmente, esta lei às
pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º - O atendimento dos direitos da criança
e do adolescente do Município de
Votorantim, será feito com absoluta prioridade, através das
Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação,
Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras,
assegurando-se, em todas elas, o tratamento com dignidade e
respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único: A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em
quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos
ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das
políticas sociais públicas;



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 4º - Aos que dela necessitarem, será prestada a assistência bio-psico-social, em caráter supletivo.

Parágrafo Único: É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º - Fica criado no Município, o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e psico-social às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 6º - Fica criado pela municipalidade o Serviço de Identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 7º - O município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 8º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos Serviços criados nos termos dos artigos 5º e 6º, bem como para a criação do serviço a que se refere o artigo 7º.

Art. 9º - Para a consecução dos fins a que se destina esta lei, o Município poderá firmar consórcio com os demais.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

(Handwritten signature)

TITULO II

DA POLITICA DE ATENDIMENTO

CAPITULO I

Das disposições preliminares

Art. 10 - A Política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPITULO II

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SEÇÃO I

Da criação e natureza do Conselho

Art. 11 - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo, controlador das ações governamentais e não governamentais, assegurada a participação popular paritária por meio das organizações representativas, nos termos desta lei,



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO II Da competência do Conselho

Art. 12 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;
- II - zelar pela execução dessa Política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos Adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;
- III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das Crianças e dos Adolescentes;
- IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;
- V - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente que mantenham programas de :
 - a - orientação e apoio sócio-familiar;
 - b - apoio sócio-educativo em meio aberto;
 - c - abrigo;
 - d - colocação sócio-familiar;
 - e - liberdade assistida;
 - f - semiliberdade;
 - g - internação;fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal no 8.069/90.
- VI - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes no mesmo Estatuto.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

- VII - Coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros deste Conselho e do Conselho Tutelar do Município.
- VIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta lei.
- IX - Elaborar seu regimento interno.
- X - Gerir os recursos do Fundo Municipal.
- XI - Contratar e requisitar funcionários e técnicos para a consecução dos fins previstos nesta lei, inclusive para a assessoria do Conselho Tutelar.

SEÇÃO III

Dos membros do Conselho

Art. 13 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com mandato de 2 (dois) anos, é composto de 14 (quatorze) membros, sendo:

- I - cinco membros do Poder Executivo representando as seguintes áreas administrativas:
 - Saúde;
 - Educação;
 - Promoção Social;
 - Lazer e Cultura;
 - Planejamento;
 - um membro do Poder Legislativo - um vereador;
 - um membro do Poder Judiciário, pertencente à Justiça da Infância e da Juventude.
- II - Sete membros eleitos pelas organizações representativas da participação popular com notório e respeitável trabalho na proteção da Criança e do Adolescente, da seguinte forma:
 - a) no prazo de no máximo 60 (sessenta) dias e no mínimo 30 (trinta) dias do término do mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

111

deverá ser convocada uma Assembléia Geral Ordinária com os membros das Organizações representativas cadastradas no mínimo há seis meses no Conselho;

- b) a convocação se fará por edital publicado em órgão da imprensa de circulação periódica no Município, no mínimo de 15 (quinze) dias antes da data da assembléia e divulgada amplamente por todos os meios de comunicações locais.
- c) as inscrições dos candidatos, membros das organizações representativas, deverão ocorrer no máximo até três dias que antecederem a Assembléia.
- d) só poderão ser votados um membro de cada organização representativa em primeiro escrutínio, não se completando os membros do Conselho - sete - far-se-á nova votação, em segundo escrutínio, com os demais candidatos inscritos.

Parágrafo único: O membro do Conselho só poderá ser substituído em caso de exoneração, sendo indicado pelo Poder Público, por morte ou renúncia quando eleito pelas organizações, assumindo, neste caso, o suplente, na forma prevista em seu regimento interno.

Art. 14 - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 15 - As reuniões do Conselho deverão ser abertas, sem direito a voto, à participação de todos os interessados.

CAPITULO III

Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SEÇÃO I

Da criação e natureza do Fundo

Art. 16 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é órgão vinculado.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 17 - Constituem-se recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - as verbas consignadas pelo orçamento Municipal;
- II - as verbas destinadas pelos Conselhos Federal e Estadual;
- III - as multas arrecadadas com a aplicação das penalidades previstas na Lei no 8.069/90 ;
- IV - as doações, legados, convênios, rendas e demais formas de arrecadação financeira.

SEÇÃO II Da competência do Fundo

Art. 18 - Compete ao Fundo Municipal:

- I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das Crianças e dos Adolescentes, pelo Estado ou pela União;
- II - registrar os recursos captados pelo Município, através de Convênios, ou por doações ao Fundo;
- III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das Resoluções dos Conselhos dos Direitos;
- IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de Crianças e Adolescentes, nos termos das Resoluções do Conselho dos Direitos;
- V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, segundo as Resoluções do Conselho dos Direitos.

Art. 19 - O fundo será regulamentado por Resolução expedida pelo Conselho dos Direitos.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

CAPITULO IV

Do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente

SEÇÃO I

Da criação e natureza do Conselho

Art. 20 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo que será instalado nos termos desta Lei.

SEÇÃO II

Dos membros e da competência do Conselho

Art. 21 - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição.

Art. 22 - Para cada chapa de Conselheiros haverá dois suplentes.

Art. 23 - Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

Da escolha dos Conselheiros

Art. 24 - As eleições para renovação do Conselho Tutelar serão realizadas trienalmente em conformidade ao disposto neste capítulo.

Art. 25 - Até cento e vinte dias que antecedem o término do mandato do Conselho Tutelar serão convocadas as eleições para renovação dos titulares e suplentes dos membros do referido Conselho.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 26 - O processo eleitoral será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a presidência do Juiz Eleitoral e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 27 - As eleições serão convocadas pelo Juiz Eleitoral, por edital publicado em órgãos de imprensa do Município e amplamente divulgado por todos os meios de comunicações locais. Cópias do edital deverão também ser fixadas em sedes de poderes e ou entidades representativas do Município.

Parágrafo Único: Do edital deverá constar, obrigatoriamente:

- data, horário e local de votação;
- prazo e local para o registro de chapas;
- prazo para impugnação das candidaturas;
- requisitos do candidato.

Art. 28 - As eleições serão realizadas com antecedência máxima de 45 (quarenta e cinco) dias e mínima de 30 (trinta) dias em relação ao término do mandato do Conselho Tutelar.

SEÇÃO IV Dos candidatos

Art. 29 - Os candidatos serão registrados através de chapas que conterão os nomes de todos os concorrentes, correspondentes a cinco titulares e dois suplentes.

Art. 30 - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 anos;
- III - residir no Município no mínimo um ano;



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

- IV - não ser filiado a partido político;
- V - não possuir antecedentes criminais por crime doloso;
- VI - estar em pleno gozo de seus direitos políticos;
- VII - possuir reconhecido trabalho na proteção da criança e do adolescente no mínimo há vinte e quatro meses.
- VIII - possuir instrução correspondente ao 2o grau, no mínimo.

SEÇÃO V

Do registro de chapas

Art. 31 - O prazo para a inscrição de chapas será de dez dias, contados da data de publicação do edital em órgão de imprensa.

Art. 32 - O registro de chapa será endereçado ao Juiz Eleitoral assinado por qualquer dos candidatos que a integrem e deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- I - ficha de qualificação dos candidatos, devidamente assinada;
- II - cópia autenticada de comprovante de idade;
- III - comprovante de residência;
- IV - declaração pessoal constando reconhecido e respeitável trabalho na proteção da infância e adolescência, por no mínimo vinte e quatro meses, especificando sua área e tipo de atuação.
- V - atestado de antecedentes criminais.

Parágrafo Único: A ficha de qualificação dos candidatos terá os seguintes dados: nome, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, estado civil, nome do cônjuge e dos filhos, número de identidade e do C.P.F. e residência.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 33 - As chapas registradas deverão ser numeradas a partir do número um, obedecendo a ordem de registro.

Art. 34 - Será recusado o registro da chapa que não contenha candidatos efetivos e suplentes em número suficientes, ou que não esteja acompanhado das fichas de qualificação preenchidas e assinadas.

Parágrafo Único: Verificando-se irregularidades na documentação apresentada, o Juiz Eleitoral notificará o interessado para que promova a correção no prazo de cinco dias, sob pena de o registro não se efetuar.

Art. 35 - Encerrada as inscrições das chapas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência do Juiz Eleitoral, providenciará a publicação de todas as chapas, em órgão de imprensa de circulação no Município, no prazo de cinco dias.

Art. 36 - Encerrado o prazo para registro de chapas, o Juiz Eleitoral providenciará a imediata lavratura da ata, mencionando as chapas registradas, de acordo com a ordem numérica referida no artigo 33.

SEÇÃO VI Das impugnações

Art. 37 - Os candidatos que não preencherem as condições estabelecidas no artigo 30, poderão ser impugnados, por qualquer cidadão, no prazo de cinco dias.

Art. 38 - A impugnação, expostos os fundamentos que a justifiquem, será dirigida ao Juiz Eleitoral e protocolada.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

W

Art. 39 - O candidato impugnado será notificado da impugnação no prazo de dois dias e terá cinco dias para apresentar sua defesa.

Parágrafo Único: Instruído, o processo de impugnação será decidido em cinco dias, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência do Juiz Eleitoral.

Art. 40 - Julgada procedente a impugnação, os candidatos impugnados deverão ser substituídos na chapa, pela qual se inscreveram, no prazo de três dias, desde que as impugnações não ultrapassem a cinquenta por cento dos membros.

Par. 1º - Idêntico procedimento previsto no artigo 37 será aplicado para a impugnação dos candidatos substitutos.

Par. 2º - Havendo procedência na impugnação dos candidatos substitutos, a chapa, a qual são integrantes estará impedida de concorrer as eleições.

SEÇÃO VII Do eleitor

Art. 41 - São considerados eleitores os portadores de título eleitoral, pertencentes ao Município de Votorantim e alistados junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o prazo de trinta dias que antecedem as eleições.

Parágrafo Único: A relação dos eleitores será afixada até dez dias anteriores a data que antecede a eleição em local determinado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 42 - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO VIII

Do voto

Art. 43 - O voto será secreto e seu sigilo será assegurado mediante as seguintes providências:

- I - uso de cédula única contendo todas as chapas registradas, devidamente rubricadas;
- II - isolamento do eleitor para o ato de votar.

SEÇÃO IX

Das mesas coletoras

Art. 44 - As mesas coletoras de votos serão constituídas de um presidente, dois mesários e um suplente, indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e requisitados pelo Juiz Eleitoral.

Parágrafo Único: O número de mesas coletoras será determinado pelo Juiz Eleitoral conforme a necessidade do pleito.

Art. 45 - Os trabalhos de cada mesa coletora poderão ser acompanhados por fiscais designados pelas chapas concorrentes na proporção de um fiscal para cada chapa registrada.

Art. 46 - Não poderão ser nomeados membros das mesas coletoras, os candidatos, seus cônjuges e parentes de primeiro e segundo grau.

SEÇÃO X

Da votação

Art. 47 - No dia e local designados, trinta minutos antes da hora do início da votação, os membros da mesa coletora verificarão se está em ordem



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

M

o material e a urna destinada a recolher os votos, providenciando, o presidente, para que sejam cumpridas eventuais deficiências.

Art. 48 - A hora fixada no edital, e tendo considerado o recinto e o material em condições, o presidente da mesa declarará iniciado os trabalhos.

Art. 49 - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão duração mínima de dez horas, observadas sempre as horas de início e encerramento, previstas no edital de convocação.

Par. 1º - Os trabalhos eleitorais poderão ser encerrados antecipadamente se já tiverem votados todos os eleitores constantes da folha de votação.

Par. 2º - Ao término dos trabalhos do dia, o presidente da mesa coletora, juntamente com os mesários, procederá o fechamento da urna com a aposição de rubricas pelos membros da mesa e pelos fiscais, fazendo lavrar ata, pelos mesmos assinada, com menção expressa do números de votos depositados.

Par. 3º - As urnas, ao final do trabalho do dia, serão lacradas e ficarão sob a guarda do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Juiz Eleitoral.

Art. 50 - Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário a votação, o eleitor.

Parágrafo Único: Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação, salvo os indivíduos previamente designados pelo Juiz Eleitoral

Art. 51 - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes e na cabina idevassável, após assinar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a em seguida na urna colocada na mesa coletora.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 52 - O documento válido para identificação do votante será o título eleitoral e sua cédula de identidade.

Art. 53 - A hora determinada no edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados, em voz alta a fazerem, entregando ao presidente da mesa coletora seu documento, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor.

Par. 1o - Caso não haja mais eleitores aptos a votar serão imediatamente encerrados os trabalhos.

Par. 2o - Encerrados os trabalhos da votação a urna será lacrada com a aposição de rubricas pelos membros da mesa e pelos fiscais.

Par. 3o - Em seguida, o presidente fará lavrar a ata, que será também assinada pelos mesários e fiscais, registrando a data e horas do início e do encerramento dos trabalhos, total de votos em separados, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos eleitores candidatos ou fiscais. A seguir, o presidente da mesa coletora fará entrega ao Juiz Eleitoral, mediante recibo, de todo material utilizado durante a votação.

SEÇÃO XI

Da mesa Apuradora

Art. 54 - Após o término do prazo para a votação, instalar-se-á em assembléia eleitoral pública e permanente, em local determinado pelo Juiz Eleitoral, as mesas apuradoras para as quais, quando for caso, serão enviadas as urnas e atas respectivas.

Art. 55 - A mesa apuradora será designada pelo Juiz Eleitoral.

Art. 56 - A apuração dos votos de todas as mesas coletoras realizar-se-á em um único local.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO XII Da apuração

Art. 57 - Contadas as cédulas da urna, o presidente verificará se o número coincide com o da lista de votantes.

Par. 1o - Se o número de cédulas for igual ou inferior ao de votantes que assinarem a respectiva lista, far-se-á a apuração.

Par. 2o - Se o total de cédulas for superior ao da respectiva lista de votantes, proceder-se-á a apuração descontando-se os votos atribuídos as chapas concorrentes, o número de votos equivalentes as cédulas em excesso, desde que este número seja inferior a diferença entre as duas chapas mais votadas.

Par. 3o - Se o excesso de cédulas for igual ou superior a diferença entre as duas chapas mais votadas, a urna será anulada.

Par. 4o - A admissão ou rejeição dos votos colhidos em separado será decidida pelo Juiz Eleitoral, depois de ouvir as chapas concorrentes, garantindo o sigilo do voto.

Par. 5o - Apresentando, na cédula, qualquer sinal, rasura ou dizeres suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

Art. 58 - Sempre que houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecartas ou cédulas, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo eleitoral até a decisão final.

Parágrafo único: Haja ou não protesto, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob a guarda do Juiz Eleitoral, até a proclamação final do resultado, a fim de se assegurar recontagem de voto.

Art. 59 - Assiste ao eleitor o direito de formular, perante a mesa qualquer protesto referente a apuração.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Par. 1º - O protesto poderá ser verbal ou por escrito, devendo, neste último caso, ser anexado a ata de apuração.

Par. 2º - Não sendo o protesto verbal ratificado, no curso dos trabalhos de apuração, sob forma escrita, não constará da ata, dele não sendo tomado conhecimento.

SEÇÃO XIII Do resultado

Art. 60 - Finda a apuração, o Juiz Eleitoral proclamará eleitos os candidatos da chapa que obtiverem maioria simples de votos, em relação ao total de eleitores.

Par. 1º - A ata mencionará obrigatoriamente:

- a) dia e hora da abertura e encerramento dos trabalhos;
- b) local ou locais, em que funcionaram as mesas coletoras, com os nomes dos respectivos componentes;
- c) resultado de cada urna apurada, especificando-se o número de votantes sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;
- d) número total de eleitores que votaram;
- e) resultado geral da apuração;
- f) apresentação ou não de protesto, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado por escrito perante a mesa.

Par. 2º - A ata será assinada pelo Juiz Eleitoral, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

(Handwritten signature)

Art. 61 - Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de quinze dias, limitada a eleição as chapas em questão.

SEÇÃO XIV

Da Posse

Art. 62 - O Juiz Eleitoral, dentro de quinze dias da realização das eleições, comunicará o resultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como publicará o resultado da eleição em jornal de circulação no Município.

Art. 63 - A posse dos eleitos ocorrerá na data do vencimento do mandato do Conselho anterior.

Art. 64 - Ao assumir o cargo, o eleito prestará solenemente, o compromisso de respeitar o exercício do mandato e as leis vigentes, especialmente a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1.990.

SEÇÃO XV

Do exercício da função e da remuneração dos Conselheiros

Art. 65 - O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 66 - Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros não terão relação de emprego com a Administração Municipal, mas terão a remuneração fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não podendo ser superior a duas vezes a menor referência paga no quadro do funcionalismo municipal.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

M

Parágrafo Único: Se o membro do Conselho for funcionário ou servidor público, não havendo compatibilidade de horário, será afastado do seu cargo ou função, contando o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais e sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Art. 67 - Para cumprir suas funções, o Conselho Tutelar funcionará todos os dias, mediante escala de plantão elaborada pelos próprios conselheiros, não podendo a jornada ser inferior a trinta e seis horas semanais por membro.

SEÇÃO XVI

Da perda do mandato e dos impedimentos dos conselheiros

Art. 68 - Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - for condenado por sentença transitada em julgado pela prática de crime doloso ou contravenção penal;
- II - não cumprir as normas previstas na Lei 8.069/90;
- III - usar abusivamente o poder;
- IV - desempenhar com desídia ou negligência suas funções;
- V - utilizar de forma inedônea os recursos do Conselho Titular;
- VI - utilizar em causa própria as prerrogativas de conselheiro;
- VII - filiar-se a partido político;
- VIII - deixar de residir no Município.

Parágrafo Único: Considerar-se-á desidioso o Conselheiro que faltar injustificadamente a três plantões consecutivos ou cinco alternados, no período de um ano.

Art. 69 - Verificada a hipótese prevista no artigo anterior, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o posto de Conselheiro, dando posse imediata ao primeiro suplente.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 70 - São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinha, padrasto e madrastra e enteados.

Parágrafo Único: Estende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude em exercício na Comarca local.

TITULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 71 - No prazo máximo de trinta dias da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, convocará as organizações representativas da Criança e do Adolescente para a realização da primeira eleição na forma prevista no artigo 13 que deverá ocorrer no prazo máximo de sessenta dias após a promulgação desta Lei.

Parágrafo Único: Na ocasião das eleições já deverão ter sido indicados os representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Art. 72 - No prazo de máximo de cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente deverá realizar as primeiras eleições do Conselho Tutelar.

Art. 73 - Durante o período de vacância deverão ser promovidas atividades e campanhas de divulgação e esclarecimento a cerca do disposto nesta Lei.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 74 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 75 - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 05 de dezembro de 1.990. - XXVI ANO DA EMANCIPAÇÃO.


JOSE DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal

RECEBI

Votorantim, 07 de 12 de 19 90

Quirad.

A Consultoria Jurídica e Comissões

S. S. 07 de 12 de 19 90

Quirad.

PRESIDENTE

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebido em _____

Devolvido em _____

Presidente _____

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Recebido em _____

Devolvido em _____

Presidente _____

EM DISCUSSÃO

S. S. 12 de 12 de 19 90

Quirad.

PRESIDENTE

APROVADO

S. S. 12 de 12 de 19 90

Quirad.

PRESIDENTE